



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO I
DEDC I
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Marcela de Magalhães de Assis

A influência dos espaços escolares na aprendizagem de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental

Salvador - BA

2024

Marcela de Magalhães de Assis

A influência dos espaços escolares na aprendizagem de estudantes dos anos iniciais do ensino
fundamental

Trabalho Conclusão do Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Departamento de Educação I da
Universidade do Estado da Bahia como requisito para a
obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.
Orientador: Prof^ª Dr^ª Érica Valéria Alves

Salvador

2024

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor.

Orientações em:

[http://www.sisb.uneb.br/wp-content/ficha-catalografica/
index.html#myWizard](http://www.sisb.uneb.br/wp-content/ficha-catalografica/index.html#myWizard)

Marcela de Magalhães de Assis

A influência dos espaços escolares na aprendizagem de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental

Trabalho Conclusão de Curso julgado e aprovado para obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia

Salvador, 05 de junho de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.(a) Dr. (a) Érica Valeria Alves
Orientador(a)
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof.(a) Dr.(a) Janeide Medrado Ferreira
Avaliador(a) Interno
DEDC I - UNEB

Prof.(a) Dr.(a) Vânia Rita de Menezes Valente
Avaliador(a) Interno
DEDC I - UNEB

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que envolvidos com a educação se interessam por buscar suas melhorias.

AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer a todos que direta e indiretamente ajudaram na construção deste trabalho, quer seja ao longo das pesquisas ou ao longo dos semestres, nas pessoas dos colegas e mestres. Dentre todos os colaboradores, reconheço alguns de fundamental importância, sem com isso desmerecer e deixar de agradecer a importância dos demais. Sendo assim, agradeço especialmente a minha querida mãe que também é Professora e sempre foi minha fonte de inspiração de vida e profissional, e que sempre foi e ainda é o meu alicerce em todos os momentos da minha vida, agradeço a meu filho que para mim representa minha fonte inesgotável de motivação e persistência em cursar e concluir minha formação acadêmica, ao meu querido pai que infelizmente não conseguiu chegar até essa parte da minha caminhada profissional e que certamente esperava ter a oportunidade de me parabenizar por esta conquista, além de agradecer a todos os familiares e amigos que sempre me incentivaram e ajudaram na conquista dos meus objetivos acadêmicos. Não poderia concluir sem antes agradecer principalmente a Professora Dra Érica Valéria, que foi de fundamental importância com sua ajuda norteadora, competente e acolhedora para me orientar a conduzir este trabalho de modo a construí-lo e aperfeiçoá-lo para atingir os objetivos que me propus defender.

“O espaço é o palco que serve de sustentáculo para as ações, mas, ao mesmo tempo, interfere, possibilitando, impedindo ou facilitando estas ações. Quer dizer, o espaço é um território vivo”. (CALAI, 2020)

RESUMO

Este trabalho surge a partir das inquietações que permearam experiências e observações de ambientes escolares durante formação acadêmica e continuada em Pedagogia, por meio de estágios e outras experiências em programas e projetos da educação básica em que muito divergiam do que se conhece na teoria para o que se vivencia na prática quando passamos a atuar conforme a realidade das escolas públicas do país.

Neste sentido, aborda-se aqui sobre a influência dos espaços escolares na aprendizagem de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental da educação básica. A pesquisa

Palavras-chave: Espaço escolar. Anos iniciais do Ensino Fundamental. Aprendizagem.

ABSTRACT

This work arises from the concerns that permeated experiences and observations of school environments during academic and continuing education in Pedagogy, through internships and other experiences in basic education programs and projects in which they differed greatly from what is known in theory to what it is experienced in practice when we start to act according to the reality of public schools in the country.

In this sense, the influence of school spaces on the learning of students in the early years of elementary school in basic education is addressed here. The research is carried out through bibliographic research, case studies and semi-structured interviews.

Keywords: School space. Early Years of Elementary School. Learning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto sala de aula, antes.	34
Figura 2 – Foto sala de aula, depois.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA Avaliação Nacional da Alfabetização

BNCC Base Nacional Comum Curricular

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PISA Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNE Plano Nacional de Educação

PROSA Programa Salvador Avalia

SAEB Secretaria de Administração do Estado da Bahia

SMED Secretaria Municipal de Educação

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
	<i>1.1 OBJETIVOS.....</i>	18
	<i>1.1.1 Objetivo Geral.....</i>	18
	<i>1.1.2 Objetivos Específicos.....</i>	18
2	ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	18
3	INDICADORES DE APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	21
4	O ESPAÇO ESCOLAR.....	25
	<i>4.1 A origem das escolas, aspectos históricos e legais.....</i>	25
	<i>4.2 A influência dos espaços escolares nos processos de ensino e aprendizagem</i>	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

Uma das palavras mais recorrentes no senso comum das lembranças de infância, tem origem grega e significa “'ócio” - *o mesmo que “lazer ou tempo livre”*¹ (SIGNIFICADOS, 2022), e escreve-se *Scholé*. Em Português, a grafia desta palavra é uma das primeiras experiências e aquisições obtidas por meio dos exercícios de escrita e vocabulário linguístico das atividades das classes de alfabetização, por conter sílabas canônicas simples e de fácil reconhecimento e escrita. Mas e para cada um de nós, o que remete em nossas lembranças quando ouvimos ou lemos a palavra ESCOLA (Scholé)?

Certamente, no imaginário de alguns, a escola significa um prédio de ambiente acolhedor, amplo, bonito, bem iluminado, ventilado, confortável, com recursos didáticos e auxílios visuais diversos e atraentes, um prédio repleto de crianças e espaço para “lazer” e refletir, tal qual sugere a etimologia da palavra de origem grega. Um lugar com adultos dispostos a também acolher e proteger em uma estrutura toda pensada e planejada de forma a possibilitar o desenvolvimento físico, social e intelectual de cada indivíduo.

Talvez, realmente seja esta a realidade para algumas lembranças afetivas de infância no que diz respeito a escola e seus espaços educativos para alguns de nós. Mas, certamente não se aplica a todos, nem mesmo a grande maioria, principalmente quando se trata de estudantes oriundos de escolas públicas em um país com realidades sociais tão desiguais.

Os espaços educacionais existentes hoje em dia, quando bem pensados e planejados, podem influenciar positivamente a aprendizagem e desenvolvimento cognitivo dos estudantes. E o oposto disso também é possível, como podemos ver a partir das reflexões presentes neste trabalho.

Algumas construções antigas ou mal planejadas, adaptadas, desconfortáveis e superlotadas influenciam negativamente no desempenho dos estudantes em sala de aula, limitando e prejudicando sua autonomia, contribuindo para a indisciplina e desatenção, além de criar barreiras visuais e acústicas nas interações tão importantes entre aluno e professor, ou mesmo, aluno e aluno, nos processos de ensino aprendizagem, sobretudo em sala de aula. E este conturbado desempenho do educando é facilmente classificado como mau desempenho por diversos institutos de desenvolvimento por meio de avaliações nacionais e internacionais de larga escala, principalmente quando refletidos até mesmo em momentos como os da

¹ **Significados: Significado de Escola** Disponível em: <<https://www.significados.com.br/escola/>>. Acesso em 19/05/22.

aplicação dos próprios instrumentos de verificação de desempenho e/ou aprendizagem nas escolas, e que resultam em notas e dados de classificação da educação em nosso país.

Ainda assim, fatores relacionados à estrutura física das escolas e salas de aula, continuam a receber pouca ou nenhuma atenção quando se buscam ferramentas e melhorias que contribuam para uma aprendizagem significativa e mais proficiente nas escolas da educação básica. Isto, sem adentrar no mérito do direito de acessibilidade e inclusão dos estudantes com deficiência, garantido na Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), e que são impossíveis de serem garantidos quando algumas escolas funcionam em prédios de construção antiga, em geral de modelo residencial, com salas de aula em espaços reduzidos, incapazes de acomodar o mobiliário necessário, os estudantes, auxiliares de classe, professor e ainda assim permitir mobilidade satisfatória para todos, incluindo estudantes com necessidades educacionais especiais.

Assim também, considerando o fato de que esses prédios de construções antigas dispõem apenas de escadas para acesso aos andares da escola, fica nítida a impossibilidade de garantir os mesmos direitos de “igualdade de condições para o acesso e permanência” de todos os estudantes, conforme prevê o artigo 53 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

No entanto, estas questões sobre acessibilidade e inclusão já se tornam convite e assunto para uma nova pesquisa, pois demandam uma diversidade ainda maior sobre o tema, que no recorte e proposta deste trabalho limitam-se a analisar e refletir sobre a importância dos espaços da escola e sua influência para a aprendizagem, dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Deste modo, este trabalho surge a partir das inquietações que permearam experiências e observações de ambientes escolares durante formação acadêmica e continuada em Licenciatura em Pedagogia, por meio de estágios e outras experiências em programas e projetos federais e/ou municipais da educação básica, em que muito divergiam do que se conhece na teoria para o que se vivencia na prática, quando passamos a atuar conforme as realidades das escolas públicas do país.

E consciente das desigualdades e/ou realidades acima citadas e presentes na infância de cada estudante ou criança, faz-se neste trabalho, ao passo que se convida o leitor a também fazer uma análise sobre como o espaço escolar pode influenciar na aprendizagem de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, a fim de caracterizar demandas e

identificar formas de inferir favoravelmente na aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.

É importante esclarecer aqui, que este trabalho se resume as experiências vividas em escolas municipais na cidade de Salvador, no estado da Bahia, e portanto, não pretende abarcar todas as realidades e dificuldades das escolas públicas existentes pelo país, haja vista que já existem outros trabalhos de formação acadêmica, de vários estados brasileiros, que compartilham das mesmas inquietações e necessidades semelhantes as que aqui serão abordadas. Logo, as mesmas acabam por dialogar entre si.

Sendo assim, vale destacar também, o quão gratificante foi perceber que o tema e problema de pesquisa deste estudo estão validados e corroborados em trabalhos e obras de outros pesquisadores que em algum momento compartilharam das mesmas inquietações que deram origem a esta pesquisa, tornando-a ainda mais significativa. Por conseguinte, algumas destas publicações estão presentes em citações neste trabalho pois fazem parte dos referenciais teóricos que embasaram este estudo e pesquisa.

Voltando as reflexões quanto às influências dos espaços físicos da escola, na aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, de acordo com experiências educacionais e para além destas, serão abordados nos capítulos que se seguirão aspectos relacionados aos anos iniciais do ensino fundamental, além dos que dizem respeito aos indicadores de aprendizagem dos anos iniciais, para então adentrar no que concerne aos espaços escolares propriamente dito, iniciando desde o contexto de educação na Grécia antiga até os dias de hoje, para que assim se possa conhecer um pouco melhor a origem dessas instituições e como se deu sua organização e instalação em nossos dias. Acreditando que deste modo seja possível também ampliar a visão sobre o porquê de muitas vezes as necessidades básicas de uma criança não serem devidamente consideradas e respeitadas quando da construção, escolha, reforma e adaptação de um prédio para recebê-las em seus processos de ensino aprendizagem desde os anos iniciais até a conclusão da educação básica.

Assim, busca-se respostas para o questionamento: Qual a influência do espaço escolar na aprendizagem de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental? A delimitação do problema de pesquisa permitiu isolar como palavras-chave deste estudo: espaço escolar, aprendizagem e anos iniciais do ensino fundamental. A partir de então, propõe-se como objetivos específicos:

1. Caracterizar as demandas dos anos iniciais do ensino fundamental.

2. Identificar as principais formas de inferir a aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental.
3. Refletir acerca da influência do espaço escolar na aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais do EF.

Para tanto, a pesquisa se dá por meio de pesquisas bibliográficas, estudo de caso e entrevistas semiestruturadas.

Como referenciais teóricos deste trabalho, encontram-se autores como: Kowaltowski (2011), Souza (2013), Horn (2009), Vygotsky (1984), Pereira (2020), dentre outros.

1.1 OBJETIVOS

Nas seções abaixo estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos deste TCC.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar como o espaço escolar pode influenciar a aprendizagem de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as demandas dos anos iniciais do ensino fundamental.
- Identificar as principais formas de inferir a aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental.
- Refletir acerca da influência do espaço escolar na aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2 ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Antes de aprofundar as reflexões sobre os espaços escolares e suas influências, é importante conhecer os sujeitos envolvidos neste processo e que são o foco desta pesquisa. Aqueles que do ponto de vista da pesquisa e pesquisador, pretende-se beneficiar ao fomentar mudanças necessárias para a qualidade de vida e/ou “qualidade da aprendizagem” dos estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental. Pois como se lê na BNCC (Base Nacional

Comum Curricular), em seu texto de apresentação: “A aprendizagem de qualidade é uma meta que o País deve perseguir incansavelmente [...]” (BRASIL, 2018, p.05).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, “documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2020), o ensino fundamental diz respeito a etapa mais longa da educação básica durando em torno de 9 anos, envolvendo etapas de desenvolvimento de crianças e jovens de 6 a 14 anos aproximadamente.

O ensino fundamental está subdividido em dois grandes grupos de escolarização conhecidos como anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, ou mais popularmente como Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II. Destes, o contexto deste estudo trata apenas das séries que vão desde o 1º ano do ensino fundamental I, antiga alfabetização, com crianças a partir de 6 anos de idade, até o 5º ano do ensino fundamental I, com crianças em torno de 10 anos de idade. Pois este é o período da vida do estudante correspondente aos anos iniciais do ensino fundamental conforme a base nacional.

Em seu texto, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular - discorre quanto ao currículo, as habilidades, metodologias, aprendizagens, dentre outros aspectos para o ensino fundamental e para todas as etapas da Educação Básica. E uma das premissas deste documento para o ensino fundamental está no fato de que toda criança deve estar alfabetizada até o 2º ano dos anos iniciais.

Os anos iniciais envolvem um período importante e crucial da vida dos estudantes, pois os mesmos deixam a etapa da educação básica conhecida como educação infantil, que trata da educação de bebês e dos direitos de aprendizagem como o “brincar” por exemplo, e passam a priorizar os letramentos linguísticos e matemáticos até as competências específicas de cada área de conhecimento do ensino fundamental, exigindo do aluno adequações tanto para o novo seguimento quanto em preparação para os próximos seguimentos que vão desde os anos finais até a etapa do ensino médio.

Para todo o ensino fundamental são delimitadas 5 áreas para aprendizagem, a saber: Linguagens (que envolve Língua Portuguesa e Inglesa), Artes, Educação Física, Matemática, Ensino Religioso, Ciências da Natureza e Ciências Humanas (envolvendo História e Geografia). Vale esclarecer que o componente de Língua Inglesa é abordado nos anos finais do Ensino Fundamental.

Além das áreas de conhecimento, considera-se também 10 competências gerais que norteiam todo o documento da BNCC para a elaboração e desenvolvimento dos currículos escolares. São elas: 1-Conhecimento, 2- Pensamento científico, crítico e criativo, 3-Repertório

cultural, 4- Cultura Digital, 5-Comunicação, 6- Trabalho e Projeto de vida, 7- Argumentação, 8-Autoconhecimento e autocuidado, 9-Empatia e cooperação, 10-Responsabilidade e cidadania.

O documento destaca ainda que as crianças do ensino fundamental estão em constante desenvolvimento e transformações durante seus anos de permanência na educação básica, mudando tanto física, quanto social e cognitivamente. O que nos leva a perceber que para cada ano de escolarização é necessário um olhar sensível e diferenciado por parte de educadores, gestores, dirigentes e demais envolvidos na educação, a fim de atender necessidades e especificidades de cada indivíduo em prol de garantir a permanência dos estudantes em sala de aula, mesmo que se tenha um documento que seja um balizador para toda a educação e aprendizagem no país.

Três grandes objetivos resumem os anos iniciais do ensino fundamental; sistematizar os conhecimentos assimilados na educação infantil, a alfabetização e letramento, e o uso da tecnologia.

Com base em dados de relatórios para o ano de 2023 em Salvador, disponibilizados no site da SMED – Secretaria Municipal de Educação / Prefeitura de Salvador, atualmente existem 424 escolas da rede municipal com aproximadamente 131 mil alunos matriculados, sendo 68.264 mil alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. A rede municipal de Salvador Ba, dispõe de um pouco mais de 8.000 mil professores para atender a toda essa e demais demandas dos educandos em sua rede municipal. (SMED, 2023)

Desde que entrou em vigor em 2017, a BNCC divide opiniões com pessoas contra e a favor do documento, no que diz respeito ao currículo. Seja porque alegam que sua proposta divide os conhecimentos ao invés de unificá-los:

Desse modo, a pretensa renovação e o aprimoramento ficarão dificultados, pois a organização da BNCC permite que a disciplinarização / especialização dos conhecimentos continue em detrimento de uma visão de totalidade do conhecimento. Como essa organização abrange os anos iniciais, a BNCC reforça a disciplinarização precoce, isto é, para as crianças de seis, sete e oito anos de idade. (GONTIJO, 2015, p. 183)

ou mesmo pelo fato da ausência dos professores, principais interessados, no momento da elaboração e construção do documento:

[...] quando estamos diante da elaboração de um documento que não foi construído com a efetiva participação desses profissionais, estamos novamente trazendo inovações idealizadas por “alguém” externo à escola e que, muitas vezes, não tem conhecimento da realidade que ali se encontra. (MARGONI 2020, p. 04)

Já há outros que criticam a base por considerarem-na um instrumento que tem como principal objetivo a preparação dos estudantes no sentido de responderem as avaliações nacionais de forma satisfatória ao padrão nacional; “A preocupação é com a instrumentalização técnica dos sujeitos para responderem a demandas sociais e profissionais colocadas pela sociedade moderna.”(GONTIJO, 2015, p. 187), etc...

No que diz respeito a necessidade de uma base nacional comum curricular para nortear o currículo da educação básica, é bastante pertinente o que disse o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos lá pelos anos de 1949, Murilo Braga, quando ainda se defendia a necessidade de uma base geral para o ensino:

[...] a escola primária brasileira, assim como as de ensino médio e superior, sofriram as consequências negativas do que ele denominou de ciclismo administrativo, ou seja, cada administrador promovia reformas e mudanças curriculares com finalidade de deixar a sua própria marca na educação. (BRAGA, 1949 apud GONTIJO, 2015, p. 176)

Concorda-se com Braga (1949) em sua afirmação, sobretudo, concorda-se com Gontijo (2015), quando corrobora sobre a necessidade de uma base mas destaca que o principal objetivo da mesma não pode ser o de preparar alunos para avaliações de larga escala pois isso tende a desvalorizar e empobrecer o documento.

A definição de uma base comum nacional parece importante para que a escola cumpra seu objetivo de garantir o acesso ao conhecimento produzido ao longo da história humana. Entretanto, quando essa proposição se alinha, exclusivamente, à lógica da avaliação com a finalidade de produzir a melhoria de índices de desempenho nacionais pela via do rebaixamento do que é ensinado e, conseqüentemente, aprendido, podemos imaginar que ela poderá ser nociva ao desenvolvimento da educação. (GONTIJO, 2015, p. 188)

3. INDICADORES DE APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em todo o Brasil, institutos como o INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, sendo este o principal junto ao MEC- Ministério da Educação, são responsáveis por elaborar documentos e instrumentos de avaliação que irão qualificar a educação dentro do país.

Em um destes documentos disponibilizados no site do MEC, sob o título “Indicadores de Qualidade na Educação” (BRASIL, 2004), em que são elencados 7 indicadores de

qualidade para a educação básica brasileira, tais quais; ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso permanência e sucesso na escola, podemos ler que “indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo.[...] A variação dos indicadores nos possibilita constatar mudanças [...]” (BRASIL, 2004).

A busca por mudanças e por qualificar a educação brasileira na tentativa de equipará-la a educação dos países de 1º mundo, através do INEP, tem sua origem já nas décadas de 1950 e 1960, mas só se tornou notória a partir da criação do SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica, em 1990. Mesmo período em que o Brasil passou a se relacionar com a OCDE-Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, que é uma organização mundial composta por um foro de 35 países e parceiros, entre eles o Brasil.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), é uma das maiores organizações a influenciar estados, empresas e organizações internacionais, pois busca coordenar definições, medidas e conceitos para comparação entre países que enfrentam problemas similares. Tratando também de temas controversos de definição difícil, através de fomentos de política pública com as Nações Unidas e outras organizações universais. A relação com o Brasil vem desde 1990, mas foi a partir de 2015 que o país passou a ser um dos *Key Partners* (parceiros chaves) desta organização, através de um acordo.

A OCDE é responsável pela criação e aplicação de um indicador de aprendizagem internacionalmente conhecido como PISA- *Programme for International Student*, que traduzido significa; Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, e que de acordo com o MEC (BRASIL, 2023):

Os resultados do Pisa permitem que cada país avalie os conhecimentos e as habilidades de seus estudantes em comparação com os de outros países, aprenda com as políticas e práticas aplicadas em outros lugares e formule suas políticas e programas educacionais visando à melhoria da qualidade e da equidade dos resultados de aprendizagem.” (BRASIL, 2023)

Ainda sobre as avaliações de larga escala criadas pelo INEP, autarquia ligada ao governo federal, podemos citar as que também avaliam o seguimento do Ensino Médio, conhecido como ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio e a avaliação de larga escala para educação superior ENADE- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

Quanto as avaliações de larga escala já citadas anteriormente, vale esclarecer quais destes instrumentos avaliativos e indicadores de aprendizagem são aplicados a alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Atualmente, os instrumentos de avaliação em vigor no Brasil que foram criados como indicadores de aprendizagem para o ensino fundamental, são: a PROVA BRASIL, aplicada aos anos finais do ensino fundamental, e mais especificamente de aplicação aos anos iniciais do ensino fundamental encontram-se a ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização, aplicada aos alunos do 3º ano, e a Provinha Brasil, aplicada aos alunos do 2º ano de ensino fundamental.

A diferença desta última para as duas primeiras, além do fato de ser aplicada em 2 períodos durante o ano letivo, está na correção e apuração dos resultados da Provinha Brasil que ficam a critério das próprias escolas da rede municipal realizarem, como um indicador de aprendizagem e alfabetização individual e preparatório para o momento da aplicação da Prova Brasil no 5º ano do Ensino Fundamental. E como se não bastassem todos esses indicadores de aprendizagem já existentes, a rede municipal de ensino de Salvador possui também desde o ano de 2013 o seu próprio instrumento de avaliação em larga escala conhecido como PROSA – Programa Salvador Avalia.

Do ponto de vista de opiniões a favor e/ou contra as avaliações de larga escala e indicadores de aprendizagem em nosso país, é possível destacar o seguinte:

[...] nos países em que essas medidas foram adotadas o desempenho dos estudantes tendeu a crescer de forma acelerada. Os autores acreditam que esses programas podem alterar condutas de professores, diretores e gestores, proporcionando aos estudantes um ensino de melhor qualidade. Para isso, é fundamental identificar e divulgar boas práticas, disseminando os procedimentos didático, pedagógicos e institucionais que impactam o desempenho dos alunos. (RIBEIRO e SOUZA, 2023 p. 5)

Ribeiro e Souza (2023), destacam ainda que, mesmo aqueles que são a favor da política de avaliação em larga escala, reconhecem os pontos negativos que podem surgir a partir de como se utilizam os dados provenientes dos indicadores de aprendizagem. Pontos negativos estes, já presentes no dia a dia de muitas escolas públicas brasileiras, tais como; disponibilizar recursos para as escolas com os melhores resultados em detrimento de outras com menor resultado, bonificação para professores que os alunos tiveram melhores desempenho, como se o desempenho do aluno dependesse e fosse mérito exclusivo do

professor, divulgação de rankings que estimulam a competição e/ou rivalidade entre escolas e redes.

E talvez, um dos mais perigosos pontos negativos atrelados aos indicadores de aprendizagem, seja o fato de “[...] considerar os índices da avaliação externa como indicador principal/único de qualidade de ensino.” (BAUER; ALAVARSE; OLIVEIRA, 2015 *apud* RIBEIRO E SOUZA, 2023). Pois em um leque de teorias ao longo dos séculos, bem como numa diversidade de teóricos que se debruçaram sobre o tema da aprendizagem, é fácil perceber o quão diversos podem ser os modos de aprender e que conseqüentemente deveriam também ser diversos, os modos de avaliar a aprendizagem.

Pensamentos filosóficos da antiguidade defendidos por filósofos como Platão (427-347 a.C) e Aristóteles (384-322 a.C) na Grécia antiga, e que ainda estão presentes nas principais teorias de aprendizagem difundidas na atualidade, mostram que o *inatismo*, defendido por Platão, que diz que todo o conhecimento vem do interior de cada indivíduo desde a sua concepção, ou o *empirismo* defendido por Aristóteles, que julgava ser o indivíduo como uma “tábula rasa” pois todo conhecimento depende de assimilação externa, mesmo opostos, se analisados cuidadosamente, corroboram o todo ou parte das epistemologias de abordagens teóricas sobre aprendizagem.

O *Behaviorismo* de John Watson (1878-1958), em que “Para Watson todo ser humano aprendia tudo a partir de seu ambiente (o homem estaria à mercê do meio).”, (OSTERMANN e CAVALCANTI, 2011), ou o *Humanismo* de Carl Rogers (1902-1987) - “Essa abordagem considera o aluno como pessoa e o ensino deve facilitar a sua autorrealização, visando à aprendizagem pela ‘pessoa inteira’, que transcende e engloba as aprendizagens afetiva, cognitiva e psicomotora”(ibid). Ou ainda, o *Cognitivismo* de Jean Piaget (1896-1980)- em que “ Piaget considera as ações humanas, e não as sensações como a base do comportamento humano. O pensamento é, simplesmente, a interiorização da ação” (ibid.). E sem esquecer, o *Sócio-interacionismo* de Lev Vygotsky (1896-1934) que diz que - “o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas” (VYGOTSKI, 2003, p. 118 *apud* OSTERMANN e CAVALCANTI, 2011).

São todas teorias debatidas e bastante difundidas nas aulas da Academia e que depois influenciam a prática pedagógica de muitas salas de aula das escolas de ensino fundamental em todo o país. Porém, um dos principais conceitos de aprendizagem da contemporaneidade difundido atualmente e que está mais próximo do universo de sala de aula, por ter sido pensado para este fim, é o conceito criado por David Ausubel (1918-2008) sobre a

Aprendizagem Significativa, que diz que: “O fator isolado mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já conhece. Descubra o que ele sabe e baseie nisso os seus ensinamentos.” (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980)

E em se tratando dos principais nomes em teorias de aprendizagem, assim como indicadores de aprendizagem dos anos iniciais que avaliam o nível de alfabetização dos estudantes do ensino fundamental, é importante trazer também ao debate, a visão Sociocultural do renomado educador Paulo Freire (1921-1997), através de uma correlação deste com a aprendizagem significativa de Ausubel (1918-2008), através das palavras de Leimig (2014):

[...] Ausubel (1968) reconhece e resgata os saberes do educando e a sua afetividade para o cenário escolar através da aprendizagem significativa e Freire (1996, 2005) amplia esse resgate ao trazer a esses mesmos valores o tempero político e missionário ao relacionar dialogicidade com libertação. Vemos que tanto Ausubel quanto Freire reconhecem o saber e a potencialidade para aprender dos educandos e trazem a dialogicidade (Freire)/ negociação (Ausubel) como caminho para a autonomia dos educandos e para a aprendizagem duradoura. (LEIMIG, 2014, p. 177)

Leimig (2014), faz ainda uma crítica e importante reflexão no que diz respeito aos instrumentos e processos avaliativos da aprendizagem utilizados hoje em dia, e comentados neste capítulo:

O aluno, em nenhum momento, deve ter seu direito de aprender negado ou diminuído. Essa compreensão aponta para a urgência de tratarmos a avaliação como uma maneira de ensinar, e não uma forma de medir e etiquetar o aluno ao longo de sua vida escolar e torna mais clara a necessidade de utilizarmos outras formas de avaliação que não as provas escritas. (LEIMIG, 2014, p.172)

4 – O ESPAÇO ESCOLAR

4.1 A origem das escolas, aspectos históricos e legais

Fazendo um breve resgate histórico de fatos que nos indicam o período e contexto de origem da primeira escola, iniciamos por volta de 400 anos antes de Cristo, após a criação da escrita cuneiforme², quando os pais ensinavam seus filhos em casa a ler e a escrever. Em

² “A escrita cuneiforme foi criada pelos sumérios, e sua definição pode ser dada como uma escrita que é produzida com o auxílio de objetos em formato de cunha.” (SIRUGI, Fernando. **Escrita cuneiforme**. Infoescola – sd. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/civilizacoes-antigas/escrita-cuneiforme>> Acesso em

seguida atravessamos o período de 387 a.C., em Atenas, com a criação pelo filósofo Platão, de uma escola para debater filosofia e matemática, que funcionava ao ar livre em um lugar chamado Jardim de Academos, de onde origina-se o termo Academia. Chegando ao ano 4 antes de Cristo, em que há o surgimento das primeiras escolas, mas ainda sem o modelo moderno com as salas de aula. O primeiro modelo de ensino com crianças e professor, com salas de aula, mesas e cadeiras, surgiram na Europa no século XII e ficavam a cargo da Igreja. No Brasil, até o século XVI não haviam escolas, e em 1549, com a chegada dos Jesuítas é fundada então a primeira escola brasileira na cidade de Salvador, na Bahia. (Como [...], 2020).

De acordo com PEREIRA (2020), “a educação nessa época era desprovida de prédios escolares, de móveis, e até mesmo de professores [...]. Os próprios padres eram os professores” (p. 153). Em 1579, “como a educação dos jesuítas não atendia aos interesses de Portugal, o Marquês de Pombal aniquilou o sistema de ensino existente e criou as chamadas aulas régias de Latim, Grego e Retórica, cada aula régia era isolada e autônoma, com professor único” (FREITAS, 2016) “A escola de sala única dominava, até o século XV [...]” (Kowaltowski, 2011, p.65). E ainda durante o Império, quando da criação de escolas primárias denominadas Escolas de Primeiras Letras, a partir da lei de 15 de Outubro de 1827, “a educação se desenvolvia geralmente em espaços improvisados, como na casa do professor, ou em outros ambientes pouco adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade.” (SILVA, 2020)

Conforme afirmam CARRARA e SOUZA (2019), só a partir do final do século XIX é que leis foram criadas no Brasil para criação e instalação de instituições escolares totalmente voltadas às crianças. Haja à vista que foi após a revolução industrial, no século XVIII, que a instituição escola e o ambiente de ensino se tornaram uma necessidade a ser formalizada (KOWALTOWSKI, 2011). Eles afirmam também que desde a origem da escola na Grécia antiga até a criação destas em nossos dias, as crianças não eram percebidas e atendidas em suas necessidades básicas de infância.

Desde a Idade Média, a infância não se tem muita importância, as crianças hoje consideradas nessa fase da vida eram vistas como “mini adultos”, partindo de um conceito de independência e subestimadas a um mesmo modo de vida de um adulto, inclusive em sua educação, logo, não se via necessário uma educação dita como mais formal para a criança. Como ressalta Henick e Faria (2015, p. 25826) “[...] a família não percebia as necessidades específicas das crianças, não as via como um ser com peculiaridades e que precisavam de atendimento diferenciado”, apenas eram diferenciados dos adultos pelo seu tamanho.” (CARRARA e SOUZA, 2019, p.05)

Se observarmos, mesmo com a instituição das escolas na atualidade, totalmente voltadas para o ensino de crianças, ainda assim é possível percebermos um olhar pouco sensível, semelhante ao destes períodos históricos, em que não se reconhecia as necessidades e particularidades no ensino de crianças, quando ao planejar e/ou adaptar ambientes para o contexto da educação, não se leve em consideração o conforto e cuidados necessários para o bom desempenho das crianças em seus processos de aprendizagem dentro e fora das salas de aula.

Apesar de saber que o modelo de educação greco-romana influenciou grande parte das teorias de ensino, não é possível mensurar até que ponto também a ideia de um “adulto em miniatura”, que é capaz de suportar situações adversas em seus espaços e processos educativos, de modo a não afetar no seu aprendizado educacional, ainda seja parte desta influência em nossos dias.

A educação é um direito garantido a todas as pessoas, pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205, e este mesmo documento atribui ao estado, além da família, a garantia a este direito. (BRASIL, 1988). Porém, até chegarmos a esse entendimento, homens como Comênio, um monge teuto conhecido na Pedagogia por sua importante e norteadora obra para Educação, a Grande Didática, mas também conhecido na história da educação por seus feitos como quando instituiu o primeiro programa de escolarização universal, que sugeria um modelo de escola ao alcance de todos, *ricos, pobres, homens e mulheres*, etc..., e que enfatizava *o fortalecimento da relação entre família escola como elementos fundamentais do processo educacional*, precisaram defender esses ideais e direitos já por volta de meados do século XVII. (Kowaltoski, 2011)

Kowaltoski (2011), cita ainda os ideais filosóficos de teóricos como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) que quase um século depois desconstrói a ideia da criança como um adulto em miniatura para passar a vê-la como “um ser com ideias e interesses próprios, razão pela qual ela não pode ser vista e tratada como um adulto em miniatura”, pois “para Rousseau, cada fase da vida tem características próprias.” (p.17)

Embora todo o avanço na instituição dos espaços físicos que denominamos escolas desde a antiguidade até os dias atuais, quando são construídas e não são adaptadas para instalar e funcionar salas de aula da educação básica, na melhor das hipóteses, “se transportássemos um aluno do século passado para as escolas atuais, estes reconheceriam muito do que acontece nas salas de aula de hoje [...]”. (AZEVEDO, 2002, p. 7).

4.2 A influência dos espaços escolares nos processos de ensino e aprendizagem

Adentrando o aspecto da aprendizagem, pode-se dizer que os processos de aprendizagem se dão através de características básicas de interação e autonomia, além de outras, em que, destas duas, a interação propicia ao aluno o contato, a troca, a assimilação e a vivência com o outro e com o meio de modo a explorar, facilitar e acelerar suas capacidades e desenvolvimentos. Com base nos avanços e estudos quanto ao desenvolvimento, é sabido no que concerne ao desenvolvimento infantil, que o mesmo sofre influências em seu processo, não apenas de fatores hereditários e de “maturação”, mas, de acordo com Vygotsky (1984), principalmente na sua relação com o ambiente físico e sociocultural, em que o indivíduo se insere desde o seu nascimento. Estes princípios corroboram pressupostos teóricos clássicos na formação de todo educador e dizem respeito a teoria interacionista de Lev Vygotsky e Jean Piaget (1970).

A teoria interacionista, defende a idéia de que além do indivíduo se desenvolver cognitivamente a partir da sua interação com o meio e com o outro, o seu intelecto também sofre influências em seu desenvolvimento, mediante ao que ocorre no seu exterior. Em se tratando de educação, podemos perceber aspectos que corroboram a teoria interacionista de Vygotsky e Piaget a partir da observância dos espaços escolares tanto no que diz respeito ao que é sociocultural assim como ao que é físico, tanto no que diz respeito aos pontos positivos quanto ao que diz respeito aos pontos negativos dessas relações.

Sendo assim, o primeiro passo para se entender como o espaço escolar influencia na aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental dos anos iniciais, é compreender que a aprendizagem ou aprendizagens não ocorrem apenas dentro de uma sala de aula em um espaço educativo. Até mesmo na inexistência do espaço já foi visto que a aprendizagem ocorre, tanto no passado como nos dias atuais, e é por isso que não deve haver dúvidas de que em todos os espaços do ambiente escolar o aluno está envolvido nos processos de ensino e de aprendizagem.

Além disto, outro ponto importante a se entender, é que mesmo o espaço de sala de aula não diz respeito apenas a estrutura física e arquitetônica deste ambiente, mas diz respeito a tudo que o compõe e influencia a sua utilização. Ou seja, quando falamos da influência dos espaços físicos para o processo de aprendizagem de um estudante do ensino fundamental anos iniciais nesta pesquisa, entenda-se o conjunto das relações entre a estrutura física e arquitetônica, com a acústica, a iluminação, a temperatura, a mobília, a ventilação, a mobilidade, a visibilidade, a conservação, etc. Assim como, a relação destes e sua influência

nas relações humanas dentro desses espaços de aprendizagem. E que de acordo com KOWALTOWSKI (2011), é a qualidade das relações humanas dentro desses ambientes o que mais influencia na qualidade do ensino.

Talvez, o leitor questione sobre o porquê do recorte deste estudo se limitar ao estudante dos anos iniciais do ensino fundamental, e não a todo e qualquer estudante que sofra a influência dos espaços de aprendizagem.

O que se pode esclarecer é que além desta ser uma pesquisa empírica com metodologia de estudo de caso, em que a mesma surge a partir de experiências que foram vivenciadas pelo autor da pesquisa, é importante dizer também que conforme delineado no capítulo que trata do ensino fundamental, os alunos entre a faixa etária de 6 a 9 anos são os que mais sentem a diferença na transição entre as etapas da educação básica, quando passam da educação infantil para o ensino fundamental, ao deixar etapas como a do brincar para fundamentar conhecimentos importantes da alfabetização e letramento que serão o cerne das habilidades para uma vida acadêmica bem sucedida. Lembrando que como sugere a BNCC, são estes mesmos estudantes que precisam ser capazes de aprender a ler e a escrever até 2º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Entretanto, essa pesquisa pode ser útil não só a este seguimento da educação básica, pois trata de uma temática que se faz presente nas experiências de todo e qualquer estudante, seja ele da educação infantil ou até mesmo do ensino superior se os ambientes destinados à aprendizagem não contribuírem para esse processo.

Como já vimos, é de responsabilidade constitucional do estado promover e oferecer ambientes que proporcionem condições ao aprendizado pleno do aluno. De modo a não limitá-lo em seu desenvolvimento, tão pouco desmotivá-lo ou prejudicá-lo, tendo em vista que o desconforto por conta de espaço, acústica, temperatura, mobilidade, iluminação, dentre outros aspectos, é capaz de interferir no bom desempenho cognitivo e intelectual de qualquer indivíduo, desde o professor no desempenho de sua função como educador, mas principalmente das crianças da educação básica e dos anos iniciais do ensino fundamental, que ainda em seus processos de ensino aprendizagem precisam muitas vezes de estímulos que as ajudem a assimilar e ampliar conhecimentos, e não obstáculos que as impeçam de fazê-lo. “

O aprendizado é prejudicado quando os alunos [...] sentem desconforto fisiológico ou psicológico.” (Njaine Minayo, 2003 apud Kowaltowski, 2011, p.47). De acordo com SOUZA (2013):

Para o estudante cheio de energia, esse ambiente escolar se apresenta indiferente aos seus anseios, tendo este espaço como uma obrigação a ser cumprida, um local em

que traz o sentimento de —emparedamento.(p.22) Estes espaços devem atender às necessidades do aluno, e não o oposto, como é visto na maioria das escolas inadequadas que não se faz promotora de uma educação de qualidade. (SOUZA, 2013, p.25)

Como bem coloca o autor em sua declaração, e é uma das principais idéias fomentadas neste trabalho, o que precisa ficar claro, é o entendimento de que não é o estudante, sobretudo a criança, que precisa se adequar a um ambiente escolar desconfortável, que não atende as todas as realidades. Um ambiente muito quente ou até mesmo muito frio que mexe com sua disposição fisiológica causando mal estar físico como sonolência e dor de cabeça, por exemplo.

A um ambiente barulhento que dificulta ouvir e entender o que é explanado e explicado na voz já desgastada do professor, que também está sujeito ao enfrentamento e a competitividade sonora dos ambientes barulhentos em sua atuação. As questões de má conservação, com recursos didáticos como quadros “ofuscados” (Kowaltowski, 2011) e ilegíveis em função da sujeira das manchas de pilotos marcadores de má qualidade. Ou mesmo, em função da luz natural por conta da má disposição deste importante recurso pedagógico provocando lentidão e confusão visual no momento da transcrição do conteúdo do quadro para livros e cadernos, pelos estudantes.

Ou ainda, se adaptar a ambientes com pouca ou nenhuma mobilidade entre os móveis, com melhor acesso ao professor para aqueles que conseguem sentar mais à frente na sala de aula, etc. E muito menos serem responsabilizados e/ou penalizados quando do seu mau desempenho educacional, diante de tantos fatores prejudiciais ao seu aproveitamento e desenvolvimento escolar. Ao contrário disso, deve ser sim a escola a se enquadrar aos critérios capazes de receber bem o aluno e promover o bom aproveitamento e desempenho de todo e qualquer estudante tal qual tem por obrigação de fazer o Estado.

Quanto o sentimento de “emparedamento” citado por Souza, que algumas escolas causam em seus estudantes, é fácil fazer uma intertextualidade com a visão do autor Michel Foucault, quando em seu livro *Vigiar e Punir* (1987), discorre a respeito das semelhanças entre as escolas e um sistema prisional. O mesmo faz uma crítica desde a organização do espaço como por exemplo a arrumação de uma sala de aula com cadeiras em fileiras viradas todas em uma mesma disposição, a mesa do professor, afim de permitir uma maior vigilância destes indivíduos, assim como da submissão dos “corpos dóceis” a determinados sistemas de obediência, o que facilmente nos remete a maneira como muitas crianças precisam submeter seus corpos as acomodações inadequadas de móveis que não acompanham o seu

desenvolvimento físico, que não acomodam todo seu material ou até mesmo que ficam dispostas de modo a não permitir grande mobilidade ou movimentação. SOUZA (2013), diz/ também que:

Prédios e instalações inadequadas, a inexistência de bibliotecas, espaços esportivos e laboratórios, a falta de acesso a livros didáticos, materiais de leitura, a relação inadequada ao tamanho da sala de aula e o número de alunos, são problemas que influenciam diretamente no desempenho dos alunos. (DE SOUSA MONTEIRO, DA SILVA e PEREIRA, 2015)

Uma das contradições educacionais da atualidade, presente em uma sociedade cada vez mais desenvolvida tecnologicamente e globalizada, repleta de ferramentas que auxiliam na informação e comunicação³ (TIC), está no fato de se repensar o papel do aluno e professor em sala de aula, promover toda uma discussão e reflexão em torno disso através de debates, publicações, *lives*, formações, pesquisa, etc., para depois devolvê-los, professor e aluno, para ambientes de ensino “engessados”, construídos em estilo tradicional ou adaptados a espaços reduzidos com uma média de 30 a 40 alunos com mesas e cadeiras enfileiradas e um lugar de destaque logo à frente da sala de aula, com uma grande mesa e quadro para o Professor, pois ainda hoje são assim que as escolas brasileiras costumam ser planejadas e construídas. FALCÃO, et al. (2007) afirmam que:

Inicialmente, é necessário partirmos para uma análise em relação aos espaços destinados ao aprendizado das futuras gerações e percebermos uma inadequação desses quando confrontados com a nova forma de pensarmos o ensino, ou seja, apesar das grandes modificações propostas pelos educadores, os ambientes de aprendizagem permanecem inalterados.

Contudo, de acordo com o documento PNE – Plano Nacional de Educação, 2001:

Deve-se assegurar a melhoria da infraestrutura física das escolas, generalizando inclusive as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas aos portadores de necessidades especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos. (BRASIL, 2001, p. 24)

³ “TICs é a sigla para Tecnologias da Informação e da Comunicação e diz respeito às máquinas e programas que geram o acesso ao conhecimento. Elas consistem no tratamento da informação, articulado com os processos de transmissão e de comunicação”. (SARAIVA Educação. **O que são, para que servem, e como aplicar as TICs na educação.** São Paulo – 2021. Disponível em: < <https://blog.saraivaeducacao.com.br/tics-na-educacao>.> Acessado em 14/07/22.).

O documento nacional supracitado, com criação de metas para a educação a serem alcançadas dentro de um prazo estabelecido de 10 anos, é renovado a cada ciclo. O atual Plano Nacional de Educação (PNE) que dá continuidade as questões presentes no documento de 2001 e que trata das melhorias da infraestrutura escolar como um dos desafios educacionais propostos na agenda para 2030 da Unesco no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável para o Brasil, tem este ano de 2024 como prazo limite para sua obtenção.

Todas as escolas precisam se adequar ao que está proposto na meta 7 do documento PNE 2014-2024, mais especificamente no item 7.5, que aborda a “melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.” (Brasil, 2014) e que está relacionada ao Objetivo 4 da Unesco para a agenda de 2030 (Unesco, 2019, p.122) que trata de “Construir e melhorar as infraestruturas escolares apropriadas para crianças, sensíveis às deficiências e à igualdade de gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos” (UNESCO, 2015).

Neste sentido, o governo federal criou uma pesquisa que avalia a qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental, o que reforça a idéia de que os pontos ressaltados neste trabalho seguem comprovados através de pesquisas antigas e/ou atuais em sua relevância para a qualidade da aprendizagem e da educação como um todo. A pesquisa criada pelo governo federal, está disponível sob o título “*Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil: indicadores com dados públicos e tendências de 2013, 2015 e 2017*”.

Cabe ressaltar ainda que, a visibilidade da temática do espaço escolar e sua influência, passam a estar ainda mais implícitos nos resultados refletidos nas avaliações de larga escala, quando pesquisas como estas são criadas para também avaliar a qualidade da estrutura física das escolas. Representando um ganho para a educação no fato de que o fomento da melhoria da infraestrutura escolar hoje, faça parte não só dos debates, mas principalmente, das metas que são propostas para melhoria da educação, tanto em esfera nacional, quanto mundial.

A arquiteta e professora KOWALTOWSKI (2011), utiliza em seus livros, publicações, palestras e entrevistas, o conceito de “ambientes que ensinam”, se referindo ao fato da arquitetura da escola e das salas de aula funcionarem como ferramenta adicional e complementar aos processos de ensino aprendizagem nas escolas.

É importante dizer com isso, que não depende apenas do professor perceber os pontos positivos e negativos nos espaços escolares de modo a eliminar ou potencializar

determinados aspectos de sala de aula ou para além desta, mas, é uma força conjunta que vem desde o planeamento e execução de uma construção ou adaptação de um espaço pelos técnicos, financiadores e setores responsáveis, assim como, da organização e distribuição de pessoal e equipamentos pelos gestores também responsáveis, até se chegar no bom aproveitamento e utilização dos recursos e ambientes disponíveis pelo professor.

Ou seja, é um pouco ou muito, do que em educação conhecemos como gestão democrática, em que todos estão envolvidos, participam, e são responsáveis pelo sucesso e qualidade na educação.

Mostrou-se que a educação de qualidade depende de um ambiente de ensino com um grande número de componentes que devem trabalhar em sintonia com o objetivo de aprofundar e ampliar o aprendizado dos alunos. O ambiente depende das características das pessoas presentes, do sistema educacional adotado, do suporte da comunidade e da infraestrutura disponível. A escola também depende da qualidade dos espaços que abrigam as atividades pedagógicas desenvolvidas. A arquitetura escolar, por isso, tem um papel fundamental ao propiciar um ambiente de ensino adequado, considerado o terceiro professor. (KOWALTOWSKI 2011, p.61)

Para Horn (2009), KOWALTOWSKI (2011), assim como para CEDAC (2013), não basta a simples existência de uma sala de aula ou dos espaços escolares para o bom desempenho dos alunos nos processos de ensino aprendizagem, é necessário repensar, avaliar, modificar e utilizar esses espaços de modo a colaborar com a aprendizagem dos alunos em sala de aula. O que nem sempre parece ser possível, quando os próprios ambientes físicos são um empecilho em função das limitações de alguns espaços escolares, sobretudo os adaptados.

Em uma escola pode não haver biblioteca, refeitório ou laboratório, mas a sala de aula sempre existirá, pois é o coração da vida escolar. Entretanto não basta sua simples existência: é necessário que seja organizada para potencializar a aprendizagem de todos e para construir uma identidade positiva de estudantes que pensam e constroem saberes.(CEDAC 2013, p. 59)

Ao observar a realidade de algumas escolas, sobretudo da rede pública, mas sem querer com isso dizer que a mesma situação não possa ser vista na rede privada, principalmente nas escolas em que os alunos possuem pouca ou nenhuma mobilidade dentro de sala de aula, e nos espaços de recreação, em que ambientes e móveis são adaptados para se adequar a espaços reduzidos de um prédio de construção antiga ou residencial, quando na verdade deveriam ser prédios construídos para se tornarem ambientes educacionais, torna-se inviável aplicar alguns dos importantes conceitos aprendidos na academia e que podem

contribuir positivamente na qualidade dos processos de ensino aprendizagem, como no caso dos pressupostos da teoria interacionista, de Lev Vygotsky e Jean Piaget, por exemplo.

Em suma, a fim de corroborar o que foi descrito neste capítulo e trabalho, bem como o que há de empírico nesta pesquisa, seguem dois registros fotográficos que ilustram o “antes” e o “depois” de um mesmo espaço escolar, sala de aula, de uma escola pública da educação básica, ensino fundamental, na cidade de Salvador-Ba. Escola esta que inspirou o tema e problema de pesquisa deste estudo, ainda no ano de 2018, quando iniciada formação acadêmica e participações em programas do governo federal em escolas públicas. E que numa feliz coincidência, após alguns anos desta inquietação inicial, foi construído um prédio para uso exclusivo desta instituição, sendo o mesmo entregue para funcionamento em 2024, mesmo ano de conclusão deste trabalho.

Na figura 1, podemos ver em imagem de arquivo pessoal do autor da pesquisa, que diz respeito ao período de “antes” da estrutura física de uma das salas de aula da escola em questão, quando a mesma ainda funcionava em uma casa adaptada. Sendo possível verificar a partir desta imagem, algumas das situações já citadas neste estudo capazes de limitar ou influenciar negativamente a aprendizagem de estudantes, e que estão relacionadas as questões de espaço adaptado, má disposição de mobiliário, ausência de espaço de mobilidade e acessibilidade, iluminação inadequada, pouca ventilação, etc...

Figura 1 - Foto sala de aula, ANTES.



Fonte: por Marcela Assis (2018) Arquivo pessoal do autor.

Já na figura 2⁴, temos o registro de divulgação pública de um site da Secretaria Municipal de Educação de Salvador, também de uma sala de aula da mesma instituição, porém no período “depois”, quando passou a funcionar em um prédio construído exclusivamente para o seu funcionamento, em fevereiro de 2024.

Figura 2 - Foto sala de aula, DEPOIS.



Fonte: por Edinaldo Pinto, (2024). Página da Smed - Salvador - Prefeitura de Salvador.

⁴ Disponível em: < <https://educacao3.salvador.ba.gov.br/na-semana-da-educacao-prefeitura-entrega-duas-novas-escolas-em-luiz-anselmo-com-investimento-de-r16-milhoes/>>. Acesso em: 02/06/2024.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que é preferível ter uma escola até mesmo fora dos padrões de qualidade do que **não** ter uma escola para atender a uma determinada comunidade ou local.

No entanto, o que não é justificável e tão pouco aceitável, é que a situação de uma escola que não se adéque aos padrões de qualidade universais ou mesmo nacionais em termos de estrutura física ou mesmo qualquer outro fator que possa prejudicar o desenvolvimento pleno cognitivo de crianças de 06 a 09 anos, ao invés de contribuir em uma etapa de desenvolvimento educacional de importância crucial para toda uma vida escolar, como é a etapa da alfabetização e do letramento nos anos iniciais do ensino fundamental, se prolongue por tanto tempo sendo ignorada por órgãos responsáveis pela educação no país, como se os mesmos estivessem neutros e isentos no que diz respeito às responsabilidades inerentes aos processo de aprendizagem de uma criança e/ou estudante nas escolas.

Ainda mais inaceitável, é o fato de que ao final de tudo, as próprias crianças e seus professores, que já estão sujeitos a esta dura realidade, sejam vistos como os grandes responsáveis pelos prejuízos advindos desse tipo de situação, quando os índices de aprendizagem em nosso país obtêm resultados negativos. Pois como visto através deste estudo, o espaço físico seja ele um espaço que contribui ou que cria barreiras, influencia na aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental tanto de forma positiva, que estimula e cria possibilidades, quanto de forma negativa, limitando e criando barreiras.

É importante entender também que assim como quando uma escola deixa de funcionar e influenciar na aprendizagem por ausência de espaço para sua existência e isso representa um prejuízo enquanto sociedade, existem situações em que uma escola que funciona em espaços mal planejados e/ou adaptados, são passíveis de produzir conhecimento não qualificado e/ou defasado, já que como defendido aqui neste e outros estudos, todos os espaços escolares também ensinam.

A criança que interage, troca experiências, que experimenta vivências em espaços educacionais bem planejados, iluminados, arejados, organizados e seguros tem muito mais possibilidades de aprender e ensinar aos seus pares do que crianças que têm seus processos educacionais comprometidos ou limitados em função dos espaços, sobretudo o espaço físico.

A criança que não está bem instalada, bem acomodada e bem cuidada, certamente não estará interessada, concentrada e muito menos com suas habilidades de aprendizagem como compreensão, assimilação e memória, dentre outras, estimuladas para os processos de ensino e aprendizagem que ocorrem em sala de aula ou mesmo em outros ambientes do

espaço escolar. E estes mesmos ambientes, quando livres de barreiras espaciais, contribuem tanto para a aprendizagem plena de uma criança e estudante dos anos iniciais do ensino fundamental, quanto para a atuação plena do Professor enquanto mediador dos processos de aprendizagem.

Questões como estas que dizem respeito as barreiras espaciais, vão de encontro a leis que regem a Educação Nacional, tal qual a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), em seu art. 25 que diz que; “será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos [...] e as condições materiais do estabelecimento”. (BRASIL, 1996).

Sem querer com isto isentar os demais responsáveis pelos processos de ensino aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, sejam eles gestores, professores, comunidade, família e até mesmo os próprios estudantes, pois segundo Brito Cruz e Carvalho (2004): “O prédio de uma escola é a concretização de uma visão da educação e de seu papel na construção da sociedade” (BRITO CRUZ; CARVALHO (2004) *apud* KOWALTOWSKI, 2011, p. 64), e portanto, a importância que damos ou que deixamos de dar à construção, adequação, utilização, conservação e preservação destes prédios, é também um reflexo para a sociedade da importância que damos para a educação em nosso país, enquanto educandos ou educadores.

Portanto, em síntese, é uma prerrogativa a necessidade de uma nova forma de ver e pensar os espaços escolares, bem como para além destes, por parte de governos, instituições financiadoras e mantenedoras, de modo a planejar e/ou aproveitar a arquitetura dos espaços na busca de melhorias na qualidade do ensino, que conseqüentemente refletirão nos resultados e percentuais avaliativos da educação no país. Pois como afirma Horn (2009), no prefácio do seu livro *Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil*: “**O espaço** não é [...] simplesmente físico, mas atravessa as relações, ou melhor, é parte delas. [...] **deve ser construído** [e considerado] **como uma dimensão do trabalho pedagógico.**” (HORN, 2009, grifo próprio)

REFERÊNCIAS

KOWALTOWSKI, Doris CCK. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo - Oficina de textos, 2011.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil**. Artmed Editora, 2009.

SOUZA, Mariana Rodrigues de. **Um estudo exploratório da influência do espaço escolar no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil**. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4032/1/MRS17102013.pdf>>. Acesso em 19/05/22.

DE SOUSA MONTEIRO, Jéssica; DA SILVA, Diego Pereira. **A influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em Geografia**. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19, n. 3, p. 19-28, 2015.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/14315/pdf>>. Acesso em 19/05/22.

ALVES, José Emanuel Barbosa; DE FARIAS FERREIRA, Rafael. **A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES**. Educação: Políticas, Estrutura e Organização, p. 215.

Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA2_ID7883_03092018092629.pdf> Acessado em 25/05/22.

CEDAC (Comunidade Educativa). **O que revela o espaço escolar? Um livro para diretores de escola** – São Paulo, Ed. Moderna, 2013.

KOWALTOWSKI, Doris. **O espaço na escola**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=plMXx327bTg>>. Acesso em 19/05/22.

KOWALTOWSKI, Doris. **O projeto de ambiente de uma escola**, no IX Fórum Extraordinário da Undime/SC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0uEPoYN8Ae8>>. Acesso em 19/05/22.

Como a arquitetura contribui para o aprendizado - Conexão Futura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cPSLGTSJLYI>>. Acesso em 19/05/22.

Como o espaço físico influencia a aprendizagem? | Escola Concept. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2kbQ4IPwuh4>>. Acesso em 19/05/22.

DE ALMEIDA LEITE, Marina Silva; BISSOLI, Enzo Banti. **A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL**. In: XVII-Jornada de Iniciação Científica-2021. 2021. Disponível em: <[A influência da arquitetura escolar no aprendizado - Jornal Futura - Canal Futura \(youtube.com\)](#)> Acesso em 14/05/22.

SANTANA, Tatiane Menezes. **A relação da arquitetura escolar com a aprendizagem.** Artigo-IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade-UFS. Laranjeiras, 2010.

da Silva, G. L., & de Paiva, M. M. (2017). **POLÍTICAS E MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS DA CIDADE DO ASSÚ/RN (1829-1908).** *Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, 11(20), 232-248.

Significados: Significado de Escola. Disponível em: < <https://www.significados.com.br/escola/#:~:text=A%20palavra%20escola%20vem%20do,%E2%80%9Cclazer%20ou%20tempo%20livre%E2%80%9D> >. Acesso em 19/05/22.

Constituição Federal de 1988-da Educação Disponível em: < http://www.mpgp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf >. Acesso em 19/05/22.

Como surgiu a primeira escola? Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=VfAjOmJff0k> >. Acesso em 19/05/22.

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm >. Acesso em 14/05/22.

PEREIRA, Claise Cristina Henrique. **A escola que queremos para o futuro.** Disponível em: < <https://www.revistamaiseducacao.com/artigosv3-n5-julho-2020/15#:~:text=A%20palavra%20escola%20vem%20do,e%20significa%20lugar%20do%20%C3%B3cio> >. Acesso em 14/07/22.

SARAIVA, Educação. **O que são, para que servem, e como aplicar as TICs na educação.** São Paulo – 2021. Disponível em: < <https://blog.saraivaeducacao.com.br/tics-na-educacao/#:~:text=TICs%20%C3%A9%20a%20sigla%20para,de%20transmiss%C3%A3o%20e%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o> >. Acessado em 14/07/22.

SIRUGI, Fernando. **Escrita cuneiforme.** Infoescola – sd. Disponível em: < <https://blog.saraivaeducacao.com.br/tics-na-educacao/#:~:text=TICs%20%C3%A9%20a%20sigla%20para,de%20transmiss%C3%A3o%20e%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o> >. Acessado em 14/07/22.

Mendes Gontijo, C. M. (2015). **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): COMENTÁRIOS CRÍTICOS.** *Revista Brasileira De Alfabetização*, 1(2). <https://doi.org/10.47249/rba.2015.v1.68> Disponível em: < [BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR \(BNCC\): COMENTÁRIOS CRÍTICOS | Revista Brasileira de Alfabetização \(revistaabalf.com.br\)](https://revistaabalf.com.br) > Acessado em 06/06/23.

MARGONI, Maythê Melo Fraga. **O processo de implementação e o impacto da BNCC no currículo: opiniões de professores dos anos iniciais.** VIII Jornada Nacional de Educação Matemática e XXI Jornada Regional de Educação Matemática. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2020. Disponível em: < [upf.br/uploads/Conteudo/jem/2020/Anais_2020_-_eixo_1/JEM2020_paper_63_\(1\).pdf](http://upf.br/uploads/Conteudo/jem/2020/Anais_2020_-_eixo_1/JEM2020_paper_63_(1).pdf) > Acessado em 06/06/23.

RIBEIRO, Renato Melo; SOUSA, Sandra Zákia. **A controvérsia sobre avaliações em larga escala no Brasil: continuum argumentativo**. Educação e Pesquisa, v. 49, p. e250287, 2023. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ep/a/QDntdnHTXyfm3vpSCK4s46t/> > Acesso em: 23/06/23.

AUSUBEL, David P. **A aprendizagem significativa**. São Paulo: Moraes, 1982. Disponível em: < https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=aprendizagem+significativa+ausubel&btnG=&oq=aprendizagem+significativa > Acesso em: 26/06/23.

OSTERMANN, Fernanda; CAVALCANTI, Claudio Jose de Holanda. Teorias de aprendizagem. 2011. Disponível em:

< <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/253767/001157637.pdf?sequence=1> >.

Acesso em: 26/06/2023.

Falcão, A., Moro, C., & Marchi, S. (2015). ANÁLISE E PROPOSIÇÃO DO ESPAÇO QUALIFICADO NO AMBIENTE ESCOLAR. *VIDYA*, 24(42), 8. Recuperado de <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/406> Disponível em:

< <file:///C:/Users/marce/Downloads/estevan,+08-AN%C3%81LISE+E+PROPOSI%C3%87%C3%83O+DO+ESPA%C3%87O> > Acesso em: 26/06/2023.

UNESCO OFFICE IN BRASILIA. **Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil**. Unesco, 2019. Disponível em: < <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Qualidade-da-infraestrutura-das-escolas-p%C3%Bablicas-do-ensino-fundamental-no-Brasil-UNESCO-Digital-Library.pdf> > Acesso em: 10/02/2024.

DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ONU **Objetivo. 4: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos**. Comissão Nacional da UNESCO, 2015 Disponível em: < <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/os-17-ods/objetivo-de-desenvolvimento-sustentavel-4-educacao-de-qualidade#:~:text=Nacional%20da%20UNESCO-,Objetivo%20de%20Desenvolvimento%20Sustent%3%A1vel%204%3A%20Garantir%20o%20acesso%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o,longo%20da%20vida%20para%20todos> > Acesso em: 14/02/2024.

DE FREITAS, José Cristiano Lima. **A Constituição e a gestão democrática na escola brasileira**. Disponível em: < <https://frjaltosanto.edu.br/site/wp-content/uploads/2016/03/02-Artigo-A-CONSTITUI%C3%87%C3%83O-E-A-GEST%C3%83O-DEMOCR%C3%81TICA-NA-ESCOLA-BRASILEIRA.pdf> > Acesso em: 24/02/2024.

CIVIL, Casa et al. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República**, 1996. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=13.415%2C%20de%202017\)-,Art.,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20materiais%20do%20estabelecimento.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=13.415%2C%20de%202017)-,Art.,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20materiais%20do%20estabelecimento.) > Acesso em: 25/03/2024.